

7. Uma identidade enigmática: uma escola ou um centro de dia?

Nos Estatutos da Universidade da Cultura e do Lazer, concretamente no seu artigo 3.º são definidos os seguintes objectivos:

“(...) a promoção cultural e a integração social, muito especialmente das pessoas em inactividade profissional, através do desenvolvimento de acções de apoio social, de formação e de convívio”.

A concretização destes objectivos não foi uma questão pacífica, principalmente em relação a quem competia decidir sobre as actividades que se deveriam desenvolver.

No grupo inicial, a predominância de professores reformados conduziu a uma concepção deste projecto educativo/cultural próximo de um contexto de educação formal.

As semelhanças com um contexto educativo formal começaram logo na constituição de um órgão típico da organização escolar, o Conselho Pedagógico (CP)¹, com o estabelecimento das suas funções e das suas competências, nos conflitos entre o CP e a Direcção. Estas semelhanças são visíveis se tivermos presente o estudo que Lima (1992) realizou numa escola de Braga, tendo problematizado estes aspectos do CP.

A Presidente do CP da Universidade da Cultura e do Lazer considerava ser da competência exclusiva deste órgão planear e decidir sobre as actividades que deveriam ser implementadas, assim como sobre outros assuntos pedagógicos. Os outros corpos sociais, como a Direcção ou a Assembleia, era-lhes vedada a possibilidade de planear e decidir em matéria classificada como pedagógica. Para além disso, o CP deveria, segundo alguns membros, ser composto por professores. Frequentemente o CP decidia

¹ Acerca da evolução do CP, Lima, na sua análise de uma escola na cidade de Braga, referiu que “Sobretudo na escola BA, o CP pode ser visto como o sucessor do plenário de professores, um órgão deliberativo exclusivamente formado por docentes que não interferia directamente na acção executiva, mas que em grande parte a orientava do ponto de vista pedagógico” (Lima, 1992, p. 421).

sobre questões pedagógicas ligadas com as actividades culturais sem respeitar a decisão prévia da Direcção, ou sem a informar do que tinham definido.

Tais ideias e atitudes provocaram conflitos internos, mormente entre o Presidente da Direcção e a Presidente do CP. O primeiro, que não era professor, entendia que a exclusividade que era reservada aos professores em matéria pedagógica não tinha cabimento, pois todos os membros da direcção tinham capacidade para participar nas decisões em matérias consideradas como pedagógicas, não sendo necessário ser professor. A segunda pessoa, a Presidente do CP, professora reformada, defendia esta área como sendo da competência dos professores².

Neste diferendo também era contestada a existência do CP por alguns membros da instituição, concretamente pelo actual Presidente da Direcção:

“(...) muitas vezes me manifestei firmemente contrário à existência de um qualquer Conselho Pedagógico. É que a sua mera existência como órgão estatutário (ou mesmo referido apenas em Regulamento Interno) pressupõe a ideia de escola tradicional” (Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, p. 16).

Esta posição discordante em relação à existência do CP parece não ser só uma simples atitude contrária a este órgão, mas traduzir talvez um aspecto mais amplo: a rejeição da própria ideia de escola tradicional, como está afirmado na última parte do excerto anterior. Parece estar igualmente em causa a capacidade de decisão, o poder de certos órgãos ou de grupos concretos que compõem esses órgãos: os professores e os que não são professores.

² Esta questão também se assemelha ao que Lima registou na escola BA: “Na prática as decisões do CP são apenas tomadas por professores, uma vez que os alunos estão ausentes (conforme já se viu) e a representação dos pais e encarregados de educação nunca ocorreu até finais do ano lectivo de 1989/1990” (Lima, 1992, p. 421). Sobre a questão do CP ser um órgão no qual os professores consideravam como sendo um espaço seu, da sua competência, Lima referiu: “Na escola Ba o CP era, efectivamente, o órgão de/dos professores por excelência, cioso dos seus poderes e das suas prerrogativas, atento a qualquer possível interferência ou concorrência por parte de outros (...)” (Lima, 1992, p. 421).

A justificação para que não se reproduzisse o modelo escolar foi baseada, primeiro, na intenção do próprio grupo de promotores da ideia, e, em segundo lugar, na vontade da maior parte dos adultos idosos que frequentam a Universidade, como traduz a seguinte passagem:

“Se tivesse havido a intenção de criar uma escola, a comissão instaladora e o próprio consultor jurídico, teriam posto isso mesmo no texto dos estatutos e, em vez de ali constar ‘uma cooperativa cultural e social’ constaria ‘uma cooperativa de ensino’! E mesmo que a ideia tivesse sido, em algum momento, a da criação de uma escola do tipo tradicional, a evolução natural das coisas obrigar-nos-ia a inflectir caminho porque, de facto, a imensa maioria das pessoas que frequentam a (...) (Universidade da Cultura e do Lazer), não é isso que querem! Ninguém quer, depois dos 60 anos, voltar a frequentar uma escola tradicional!” (Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, pp. 16-17, parêntesis da nossa autoria).

Este processo não consensual, que se tornou até conflituoso, terminou ao fim do primeiro ano de funcionamento da Universidade da Cultura e do Lazer com a saída da Presidente do CP, deixando de ser cooperante, assim como procedendo-se à redefinição das competências do referido órgão.

Numa conversa informal com o Presidente da Direcção, este referiu que o CP devia deixar de ser um órgão deliberativo para ser somente um órgão consultivo. Portanto, significa que foi retirado poder ao CP.

A referida professora terá promovido uma outra iniciativa cultural quando saiu da Universidade da Cultura e do Lazer, mas, desta vez, sob a forma de tertúlia. Esta situação de ruptura e da conseqüente emergência de uma outra iniciativa cultural, resultante da saída da instituição, foi uma situação que constatámos com alguma regularidade no universo das UTI's portuguesas. No já mencionado estudo exploratório que desenvolvemos em Portugal Continental, verificámos que algumas UTI's surgiram de cisões com outras. A existência de conflitos mais ou menos declarados com a Direcção da Universidade anterior, ou a não concordância com certos aspectos do seu

funcionamento, conduzia à saída de alguns membros que, por vezes, constituíam outras instituições do género.

Uma das conclusões que se pode constatar é que, mesmo sendo uma cooperativa, não se evitou um conflito entre alguns cooperantes.

Para além desta controvérsia de a Universidade da Cultura e do Lazer ser ou não uma escola, um outro modelo se colocou quanto ao futuro da instituição. Se esta instituição poderia ser um Centro de Dia.

O modelo de Centro de Dia não chegou a ser desenvolvido como aconteceu com o modelo escolar, mas colocou-se antes em termos de comparação, de questionamento sobre a possibilidade de a Universidade vir a ser um Centro de Dia. A seguinte passagem é ilustrativa da indagação sobre que modelo a Universidade da Cultura e do Lazer devia seguir:

“E talvez tenha chegado o momento de esclarecer definitivamente (...) o que é a (Universidade da Cultura e do Lazer) e qual vai ser no futuro a sua orientação: - Deverá ser uma escola no estilo tradicional e como tal deve ser orientada nesse sentido? No estrito sentido escolar, com professores a debitemos matérias curriculares, com aulas didácticas a sobreporem-se às restantes actividades; com pessoas inscritas a serem apenas e só alunos? - Deverá ser uma espécie de Centro de Dia, onde a parte cultural seja minorizada em relação à componente social e lúdica?” (Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, p. 16, parêntesis da nossa autoria).

A resposta à questão de saber se a Universidade da Cultura e do Lazer deve seguir o modelo escolar já foi dada, em parte, anteriormente. Quanto à Universidade funcionar como um Centro de Dia, o Presidente da Direcção também não concordava porque considerava que naquele equipamento as acções de índole cultural e educativo não eram o objectivo principal desse equipamento.

No entanto, a resposta não é uma simples negação destes dois padrões de funcionamento. O objectivo é, antes, retirar aspectos positivos dos dois modelos. A ideia do que deve ser a Universidade da Cultura e do Lazer está definida na seguinte passagem de uma revista da referida instituição:

“É por isso que sempre defendi que a (Universidade da Cultura e do Lazer) deve ser algo híbrido, algo novo, que possa ter, em toda a sua plenitude o que de bom tem uma e outra dessas entidades” (Presidente da Direcção, 1999, p. 17, parêntesis da nossa autoria).

Esta afirmação suscita-nos dúvidas sobre o que estava em causa na controvérsia já mencionada, conduzindo à formulação da hipótese que talvez não fosse o modelo escolar mas uma questão de luta de poder dos professores, ou como Lima referiu, o que estava em causa era o CP ser um contra-poder, no nosso caso em relação à Direcção da Universidade da Cultura e do Lazer.

A seguinte afirmação do Presidente da Direcção também vem reforçar essas dúvidas:

“O que eu quero e defendo para a (Universidade da Cultura e do Lazer) é: 1- Que seja uma ‘escola’ diferente. Com uma vertente didáctica livre e aberta. Sem necessidade da existência de Conselhos Pedagógicos que, em última análise e no nosso caso específico servirão principalmente para ser fonte de potenciais conflitos que só impedirão o orientador responsável de dar asas à sua imaginação, implementando os métodos que ele próprio entenda convenientes face à heterogeneidade de um grupo de trabalho específico” (Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, p. 17, parêntesis da nossa autoria).

O Presidente da Direcção continuou a apresentar a sua ideia sobre o que deveria ser a Universidade da Cultura e do Lazer salientando as dimensões que considerou como sendo características da educação escolar, mas com certas particularidades:

“(…) actividades “didácticas” sem teor curricular fixo ou previamente definido, ou antes permanentemente orientado para as apetências das pessoas que quiserem assistir às sessões de trabalho semanais. Onde os «professores» se comportarão principalmente como orientadores das sessões e dos trabalhos de pesquisa dos seus «alunos». Onde a escolha dos orientadores, e a sua competência antecipadamente comprovada, seja o garante da qualidade técnico/pedagógica da matéria em estudo. Onde não haja interferências, sempre perniciosas, entre a componente didáctico-pedagógica e componente socio-administrativa”(Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, p. 17).

Para além destes aspectos, o Presidente da Direcção apontou igualmente para a importância de se valorizar áreas extra-escolares, que poderemos considerar como

tratando-se das características “positivas” do Centro de Dia a que se referiu. Assim, defendeu que a Universidade da Cultura e do Lazer deveria ser:

“(…) um local onde possam ter também lugar, por direito próprio, todas as pessoas que, não tendo muita apetência por actividades didácticas, pretendem usufruir de outras actividades culturais e sociais, igualmente consignadas nos objectivos estatutários. É que, a meu ver, as ‘acções de apoio social, de formação e de convívio’ sendo o objectivo ÚNICO referido nos estatutos da (...) (Universidade da Cultura e do Lazer), não podem, de modo algum, ser minorizadas ou minimizadas apenas em acções didáctico-escolares!” (Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, p. 17, parêntesis da nossa autoria).

Contudo, esta semelhança com um Centro de Dia é uma semelhança com muitas reservas ou muito distanciada:

“(…) mas, também não queremos ser um centro de dia, como um depósito de pessoas. Não queremos ser isso de maneira nenhuma” (Presidente da Direcção, Diário de Campo, 18/5/2001).

O objectivo *latente* da Universidade da Cultura e do Lazer será antes de tudo não se “confundir com instituições para os velinhos”, para que também eles próprios não sejam confundidos e tratados como “velinhos”.

Este objectivo *latente* foi sendo manifestado ao longo da investigação, principalmente, numa conversa informal com o Presidente da Direcção a propósito da inserção da Universidade da Cultura e do Lazer na lista das cooperativas com fins culturais, deixando de estar classificada como instituição de fins de solidariedade social ou de apoio a idosos. Este facto foi recebido com muito agrado, pelo menos por parte do Presidente da Direcção, pois sair da lista de cooperativas com objectivos sociais é deixar de ser “confundido com os velinhos”, aspecto que não é o pretendido mas antes recusado.

Fazer parte do grupo de instituições com fins culturais é valorizado pelo Presidente, pois considera que “a cultura não tem idade, é para todos”.

Ser uma instituição ligada à cultura significa, antes de tudo, não estar associado a uma imagem de velhice da qual pretendem distanciar-se. Traduz o corte com uma imagem de velhice decrépita, deformada, doente, dependente e inútil. Esta imagem está associada quer aos idosos do antigo asilo quer aos idosos mais velhos que muitas vezes sofrem de limitações físicas e mentais e que integram o que se denomina a *4.ª idade*, aspectos que já problematizámos no capítulo I.

A identificação com o termo *terceira idade* e a rejeição do termo *idoso* é também sinal dessa ruptura que pretendem com a velhice:

“Tenho horror à palavra idosos, agora terceira idade não me repugna nada, é a idade em que se acabou a actividade profissional mas há outras actividades”
(Presidente da Direcção, Diário de Campo, 18/5/2001).

Denominarem-se, para além de outros nomes, de Universidade da *terceira idade* revela a identificação com esta, mas também encerra outras razões. O Presidente da Direcção referiu-se ao termo *terceira idade* como sendo uma “gazua” para abrir portas quando solicitam algum apoio junto de várias entidades. Considera que se o nome fosse só Universidade não obteriam apoios, mas sendo conhecidos como uma instituição para a terceira idade a situação altera-se.

Aliás, a linguagem utilizada nesta universidade foi um dos aspectos que despertou a nossa atenção como sendo um indicador, entre outros aspectos, do tipo de modelo que estaria em causa na Universidade, mais concretamente, se haveria uma reprodução de uma linguagem da educação escolar.

A este nível constatámos uma predominância, ao longo da investigação, de termos como “universidade”, “professores”, “alunos”, “aulas”, “matéria leccionada”, e “ano lectivo”. Contudo, não existia uma constância da linguagem utilizada, coexistindo “orientadores”/“professores”, “associados”/“alunos”, “actividades”/“aulas”.

No decorrer de diversas conversas informais, especificamente com o Presidente da Direcção, a substituição dos termos de cariz escolar por outros como os já referidos – “orientadores”, “associados” e “actividades” – era justificada pela recusa da cópia do modelo escolar, que analisámos, e para não ferir susceptibilidades da maioria das pessoas que frequentavam a Universidade, pois não gostavam de ser confundidas com alunos e não concordavam que a Universidade fosse considerada uma escola, daí não considerarem a palavra “aulas” a mais correcta.

O que é interessante verificar é que o nome UNIVERSIDADE já é um nome que não incomoda pelo menos a alguns dos que não concordam com a cópia do modelo escolar, mas esta questão será analisada posteriormente.

Uma outra faceta curiosa sobre o discurso oral de alguns “adeptos” dessa “nova” linguagem é o “esforço” que realizam para a utilizarem. O que surge “naturalmente” no discurso são os termos escolares que são substituídos pelos outros termos considerados não escolares. Ao usarem, em simultâneo, essas dicotomias de termos originam uma ambivalência e verbalizam o hibridismo que caracteriza a universidade a que já fizemos referência.

De salientar que ao nível da escrita, concretamente a utilizada na revista anual da Universidade, permite-nos constatar, pela análise de conteúdo, que tem sofrido alterações. Os números da revista abrangidos foram quase todos, excepto os dois primeiros a que não tivemos acesso por se encontrarem esgotados. Assim, foram analisadas as revistas desde 1998 até 2002. Na revista do ano 1998 verificámos o uso dos termos “associado/aluno inscrito”, “professores”, “cursos”, “docentes”. Portanto, uma terminologia referente à linguagem escolar, embora registando-se um certo hibridismo na expressão “associado/aluno inscrito”. Na publicação relativa ao ano de 1999 encontrámos esse mesmo hibridismo, mas registou-se uma alteração na linguagem

mais escolar. No lugar de “professor” ou “docente” surge “orientador” e em vez de cursos vemos “actividades”. A situação em 2000 quase se assemelha à de 1999, caso não fosse a alteração da expressão “actividades” para “actividades culturais permanentes”, que pretende designar o conjunto de actividades que funcionam com regularidade semanal e distingui-las das outras actividades com outra periodicidade, como os passeios, visitas de estudo ou palestras. Em 2001 desaparece o recurso ao hibridismo “associado/aluno inscrito” sendo substituído por “associado”, mantendo-se os restantes vocábulos como em 2000 – “orientadores”, “actividades culturais permanentes”. Ao nível da linguagem escrita regista-se uma evolução no sentido de substituir todas as expressões que possam ser conotadas ou reflectir a educação escolar.

Perante estes factos e a importância dada a esta questão pelo Presidente da Direcção optámos por incluir algumas perguntas sobre esta matéria nos inquéritos por questionário que iríamos lançar na Universidade. Assim, obteríamos informação complementar à recolhida pela observação directa.

Deste modo, formulámos duas questões visando obter a opinião dos associados acerca da forma como preferem chamar às “actividades” e se concordam com o nome de Universidade para a instituição que frequentam. Solicitámos também a justificação para cada uma destas perguntas.

Assim, verificamos que denominar como “aulas” ou “actividades culturais” as actividades que os inquiridos frequentam, significa que estes consideram que as actividades apresentam ou não apresentam semelhanças com a escola. O facto de aprenderem alguma coisa nas actividades, de existir um professor e alunos, são as semelhanças com a escola que apontam alguns inquiridos (35,1%). Os que não concordam como termo “aulas” e preferem a designação de “actividades” (43,2% dos formandos) destacam exactamente o oposto, que não são alunos e que não são aulas.

Em relação à designação de Universidade para uma instituição como esta, se concordam ou não com ela, a maioria dos inquiridos concorda (74, 4%). Várias razões são dadas para esta concordância, como, por exemplo, ser um nome que valoriza a terceira idade, ser uma instituição na qual se aprende, contribuindo também o facto de muitos dos formandos serem licenciados.

Os associados que não concordam com o uso do nome Universidade realçam o facto de efectivamente não se tratar de uma Universidade e de não ser um espaço de estudo, mas antes de convívio.

Em relação aos formadores, duas das perguntas que lhes dirigimos no respectivo inquérito por questionário foram semelhantes às formuladas para os associados.

Nesta conformidade, as escolhas da terminologia referente às “disciplinas” dividem-se entre “aulas” (quatro formadores) e “actividades culturais” (cinco formadores). As justificações para quem preferiu o termo “aulas” articulam-se com as características das actividades culturais que orientam e consideram que se assemelham às características do contexto escolar, às “aulas”, como por exemplo: “Porque há transmissão de conhecimentos e correcção de trabalhos”; “Porque é o modelo que se aproxima mais do que faço”.

Para os adeptos da designação “actividades” as razões desta escolha baseiam-se no mesmo critério das anteriores, ou seja, referência/comparação com as “aulas”. Portanto, consideraram que as “disciplinas” que orientam não apresentam traços característicos da educação escolar, tais como: “Porque não há avaliação”; “Porque não há transmissão de conhecimentos, só há trocas de conhecimentos”; “porque não são aulas”.

Quanto à questão se “Concorda com a designação de Universidade para instituições como esta?”, a maioria dos formadores (cinco) referiu concordar, enquanto

três formadores expressaram a sua discordância. Os formadores favoráveis à atribuição desse nome convocam frases justificativas como as seguintes: “porque se destina a pessoas com curso superior” e “porque universidade significa universalidade”. É de salientar que não fundamentam o uso do nome Universidade comparando com as características de uma instituição escolar ou universitária porque, provavelmente, seria difícil encontrar aspectos em comum para justificar essa designação. Então convocaram aspectos que eventualmente possam dar algum sustento ao seu uso, como o facto de serem licenciados os seus destinatários, “logo” dariam “crédito” para o uso de Universidade, ou então uma justificação que implica um outro significado de UNIVERSIDADE. Aliás, justificação essa que já tinha sido defendida pelo Presidente da Direcção, em 1999, ou seja, dois anos antes da aplicação do inquérito.

É interessante analisar a justificação que o Presidente da Direcção avança para o uso do termo Universidade, visto ele não concordar com a cópia do modelo escolar e defender uma linguagem que não denote uma conotação com o mundo escolar.

Assim, o Presidente da Direcção, apesar de reconhecer exactamente esta possível contradição, convoca a definição de UNIVERSIDADE dada pela Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira que remete para dois significados: “«A totalidade das pessoas e das coisas; o mesmo que universalidade»” e “«Um conjunto de escolas superiores, destinadas à especialização profissional e científica e que tem por função especial assegurar a conservação e os progressos das ciências, tanto pelo ensino como pela pesquisa científica»” (citado pelo Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, p. 18).

Assim, declara que não se identificam clara e obviamente com o segundo sentido para Universidade e argumenta que:

“Resta-nos então (e para justificar o uso da expressão Universidade, sem sermos acusados de utilização incorrecta, despropositada ou abusiva) a

primeira definição e por exclusão de partes, interpretar o termo no sentido da totalidade de pessoas e de coisas. No sentido de *universalidade*. Ora: *Universalidade*, define-se como «carácter ou qualidade do que é universal ou geral, qualidade ou carácter que se refere a um conjunto de seres, de lugares, de tempos». AUTODIDACTA, por outro lado é: «uma pessoa que aprende sem mestre» (sem mestre mas com um bom orientador!?)” (Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, p. 18).

Perante isto, o Presidente da Direcção defende que a instituição

“deve definir-se, como sendo uma UNIVERSIDADE DO AUTODIDACTA E DA TERCEIRA IDADE, **enquanto** instituição de carácter eminentemente social e cultural, que pretende constituir o polo aglutinador da totalidade dos autodidactas de todas as idades, muito especialmente daqueles que, por força do percurso inexorável da vida, já terminaram o seu tempo de actividade laboral normal e se encontram no limiar do que convencionou chamar-se a Terceira Idade, qualquer que seja o seu grau académico” (Presidente da Direcção, Revista da Universidade da Cultura e do Lazer, 1999, p. 18, tendo por nossa opção deixado a referência ao nome Universidade do Autodidacta, por não ser suficiente para identificar esta Universidade, visto um elevado número destas instituições designar-se desse modo).

Então, a defesa para se denominarem UNIVERSIDADE reside no facto e na intenção de serem uma instituição universalista, no sentido em que estão abertos a todos os autodidactas independentemente das suas habilitações.

Um aspecto que ressalta destas afirmações é que razões de ordem simbólica não são convocadas nestes excertos do Presidente da Direcção para o uso do nome de UNIVERSIDADE. Se recordarmos os seus argumentos para que esta instituição não fosse confundida com um centro de dia (com um “depósito” de pessoas idosas), para que fosse uma escola especial e uma instituição híbrida, então as questões simbólicas passam a ser uma das razões, embora não verbalizada, para a adopção do nome UNIVERSIDADE.

Aliás, a maioria dos formadores (oito) considerou não estar numa Universidade, o que significa a consciência de que a Universidade da Cultura e do Lazer não é uma

instituição universitária, mas que esse nome simboliza, ou melhor, confere uma distinção, marca a diferença que outros nomes não o fariam.

Para além destes aspectos que analisámos anteriormente acerca das características da educação escolar que podemos encontrar na Universidade da Cultura e do Lazer, ou que são rejeitadas, constatámos a existência de mais um traço da educação escolar e que consideramos pertinente fazer-lhe uma abordagem.

Trata-se da existência de controlo de faltas dos associados. A verificação da sua prática ocorreu durante uma observação directa a uma actividade cultural, já decorrido um mês e pouco da nossa chegada à Universidade da Cultura e do Lazer. No início da actividade cultural o orientador retira uma capa da sua pasta e, depois de a abrir, começa a ler os nomes dos associados marcando a sua possível presença. Após termos saído da sala, conversámos com algumas formandas acerca do sucedido, passando a transcrever o registo do Diário de Campo:

“Ao perguntar à D. *Lurdes*³ se era usual os orientadores marcarem faltas, confirmou-me que controlavam as faltas e disse-me que «Sabe, eles (Direcção) até queriam implantar um diploma de assiduidade no ano passado, mas as pessoas não quiseram. Elas não querem ter obrigações de cumprir horários. Muitas delas têm marido, filhos, netos, e, apesar de terem criadas, têm muito que fazer em casa e por isso não querem ter obrigação de vir sempre. Daí não terem aceite que fizessem o diploma. (Diário de Campo, 7/6/2001).

Para além das conversas informais com alguns associados sobre este tema, conversámos igualmente com o Presidente da Direcção, transcrevendo seguidamente um excerto do registo no Diário de Campo:

“No final da tarde fui ter com o Sr. Presidente da Direcção e comentei considerar interessante saber que na Universidade tinham existido dois projectos quanto ao modelo a seguir para o seu funcionamento: uma escola ou um centro de dia. O Sr. Presidente afirmou que as pessoas que frequentavam a

³ Relembramos que os nomes dos diferentes actores sociais que utilizamos em todo o trabalho são fictícios para salvaguarda da sua identidade.

Universidade da Cultura e do Lazer já tinham trabalhado toda uma vida e muitas delas até foram professoras e que não estavam para passar por um esquema obrigatório, tipo escola formal e aprender muito. Como referiu: «Querem é ouvir umas coisas interessantes e conviverem um bocado». A prova disto, segundo nos disse, é que no início da Universidade, quando tentaram fazer uma escola, eram apenas 80 associados e, quando reformularam o projecto, cresceram para 280 inscritos. Referiu igualmente que têm que ter em atenção o que as pessoas querem, justificando que: «Isto não é como uma escola, em que os miúdos são obrigados mesmo que não gostem. Aqui não. Estão porque querem e gostam, senão vão-se embora». Quando lhe perguntei acerca do controlo de faltas que faziam, explicou-me que o controlo das faltas serve como um indicador da forma como as actividades estão a decorrer, do modo como o orientador desempenha o seu papel e se os associados gostam do seu trabalho. Através desse controlo durante um «ano lectivo» podem concluir a partir da adesão/frequência dos associados se se trata de uma actividade que funciona bem, ou se «algo se passa» para não ser do agrado dos associados. A partir daí tentam abordar diplomaticamente o orientador para averiguar de eventuais problemas e para os solucionar” (Diário de Campo, 7/6/2001).

A importância do formador no desenvolvimento de cada actividade cultural é um aspecto que a Direcção reconhece e em relação ao qual se preocupa, daí tentar encontrar formadores que tenham uma formação científica, ou pessoas com uma experiência profissional e de vida que lhes permita dominarem a área da respectiva actividade cultural, estando também atenta a certos indicadores, como o número de frequentadores das actividades.

Quanto à forma como decorrem as actividades culturais, exceptuando a alfabetização que iremos abordar no tópico seguinte, ou seja, se é reproduzido ou não um modelo “escolar”, em que os conteúdos são transmitidos numa relação assimétrica entre formador e formandos, ela varia de actividade para actividade, ou melhor, de formador para formador. Das observações directas que efectuámos a 15 das 20 actividades que funcionavam na altura, constatámos essa diversidade na metodologia usada e no tipo de relacionamento estabelecido entre formador e formandos. Desde situações em que o professor desempenhava um papel de “orientador”, estimulando a participação e o envolvimento dos formandos, e cuja relação estabelecida era mais uma relação de proximidade, passando por situações em que o formador era mais

centralizador, não sendo muito “orientador/animador”, mas depositando conhecimentos e cuja relação pedagógica se caracterizava por ser mais assimétrica. Resumindo, a diversidade de situações educativas resulta, em grande parte, das características dos diferentes formadores, sejam elas de carácter mais científico, pedagógico ou de personalidade, remetendo para a importância da formação tripartida dos “professores/formadores” (saber/saber, saber/fazer e saber/ser). A capacidade para trabalhar com adultos, a suas perspectivas de ver e problematizar criticamente o mundo também vão influenciar a forma de como irão decorrer as actividades.

De uma forma geral, dentro desta heterogeneidade de situações e tendo em conta as actividades que observámos, predominam situações educativas em que o formador procura estabelecer uma relação próxima com os formandos, mas não entre dois seres cognoscentes, na óptica de Freire, nem promovendo uma situação de *empowerment*. Muitos dos formadores “orientam” os formandos no sentido de os interessar e os envolver nas diferentes aprendizagens, mas sem objectivos de problematização crítica do mundo. O interesse de certas matérias ou trabalhos realizados, a relação de proximidade que se estabelece entre alguns formandos e alguns formadores, assim como o reconhecimento científico de certos formadores, traduz-se no número elevado de participantes em certas actividades, que nalguns casos obriga a um desdobramento por turnos, a mudar de sala, ou a limitar o número de participantes.